

# Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

2

Francisca Júlia Camargo Dresch  
(Organizadora)



 **Atena**  
Editora

Ano 2018

Francisca Júlia Camargo Dresch  
(Organizadora)

# Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 2

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I34 Impactos das tecnologias nas ciências humanas e sociais aplicadas  
2 [recurso eletrônico] / Organizadora Francisca Júlia Camargo  
Dresch. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Impactos  
das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v.2)

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-85107-75-8  
DOI 10.22533/at.ed.758180511

1. Ciências sociais aplicadas. 2. Humanidades. 3. Tecnologia.  
I. Dresch, Francisca Júlia Camargo. II. Título.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Me coube a apresentação deste exemplar cuja tarefa é a de estabelecer uma linha de raciocínio dos textos que aqui constituem os 25 capítulos desta obra. Após a leitura cuidadosa dos artigos submetidos, procurei conexões entre os contextos e as dimensões que poderiam sequenciar as discussões – trouxe a reflexão Sociológica que definem a vida humana na Terra através da produção de bens e serviços, refletidas na organização social, econômica, política, histórica, educacional, ambiental, cultural expressas pelas relações biopsicossociais do humano em seus ambientes.

Deste modo, poderíamos interrogar se nascemos ou nos tornamos humanos? A pergunta nos remete primeiramente a reflexão filosófica – em que momento inicia a vida sabendo que dependerá da abordagem selecionada, não há uma definição única que seja capaz de defini-la assertivamente. Podemos tentar explicar pela Religião, pelo Direito, e/ou pelas Correntes Filosóficas. Então, simplificamos vida é o oposto da morte, resulta do movimento contraditório que repousa na certeza de que vivendo estamos nos aproximando da morte. E para as ciências sociais, nascemos biologicamente humanos e nos tornamos humanos ao viver em sociedades e, nelas aprendemos agir moral e eticamente.

O desenvolvimento tecnológico atual nos situa na Era da Informática e das Comunicações. Tais características têm possibilitado registros inovadores na história humana. Nos interessa pontuar que o paradigma Neoliberal empregado para o permanente crescimento econômico que estabelece os padrões de consumo é o mesmo identificado no esgotamento dos recursos naturais, especialmente ao refletir o distanciamento entre *“os que acumulam, dos que nada possuem”*. Ora se o Planeta dá sinais de esgotamento e se as relações sociais apontam para a exploração sem precedentes, nos parece lógico também pensar na responsabilidade social como alternativa de sustentabilidade entre o educar para produzir e o papel das tecnologias para desenvolver a cidadania.

Portanto a obra Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 2, defende que a vida é patrimônio a ser preservado. Reúne debates acerca de pesquisas empregadas nas organizações produtivas a partir das políticas que permeiam processos de ensino e aprendizagem das instituições sociais. A cada autor, nossos agradecimentos a submissão de seus estudos na Editora Atena. Aos leitores, desejo proveitosa reflexão na trajetória apresentada

Francisca Júlia Camargo Dresch

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
VANTAGEM COMPETITIVA EMPRESARIAL PELO USO DE SACOS DE PÃES ECOLÓGICOS POR PANIFICADORAS DE QUIXADÁ – CE.	
José Cazuza Lopes Neto Valter de Souza Pinho Marcos James Chaves Bessa Sérgio Horta Mattos Danielle Rabelo Costa	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>10</b>
A GOVERNANÇA AMBIENTAL E AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL	
Anaítes Maria de Moraes Silva Jaíra Maria Alcobaça Gomes	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>28</b>
A GESTÃO DE COMUNICAÇÃO <i>OMNICHANNEL</i> À PARTIR DOS EFEITOS DA TECNOLOGIA NUMA SOCIEDADE PLURAL, INOVADORA E PARTICIPATIVA.	
Ligia Fagundes	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>42</b>
ANÁLISE DA PAISAGEM RURAL DO MUNICÍPIO DE MARIALVA – PR: A EMPRESA BSBIOS COMO AGENTE INDUTOR DA PAISAGEM	
Isadora Pinheiro Lucas César Frediani Sant’ana	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>57</b>
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL: UMA ALTERNATIVA VIÁVEL PARA A GESTÃO E O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM PEQUENOS MUNICÍPIOS	
Tassiana Justino Fernandes Maria das Graças de Lima	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>72</b>
A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA IDENTIDADE DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO, SOB O OLHAR DOS ACADÊMICOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO PRIVADAS.	
Eudes Cristiano Vargas Larissa Siqueira Camargo Sandra de Cássia Franchini Leticia Grazielle Roque Adriano Pereira Cardoso Dênis Martins de Oliveira	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>87</b>
A EXPANSÃO DOS CURSOS PRIVADOS PRESENCIAIS DE SERVIÇO SOCIAL EM SALVADOR-BA: IMPACTOS PARA DISCENTES E DOCENTES	
Adriana Freire Pereira Férriz, Taís Ana de Oliveira, Thainan de Albuquerque e Santos,	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>103</b>
A COLETIVIDADE DOCENTE NA ELABORAÇÃO DE UM PROJETO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Paulo Vitor Teodoro de Souza Hélder Eterno da Silveira Iara Maria Mora Longhini	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>116</b>
O CONTEXTO VIOLENTO DO ESTADO CAPITALISTA E O BULLYING	
Giovanna Back	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>129</b>
O USO DOS PRINCÍPIOS DO DESIGN DE INTERIORES NA HUMANIZAÇÃO DA CASA DE APOIO	
Rubia Maiara Silva Marcon Larissa Siqueira Camargo	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>141</b>
TEORIAS DE APRENDIZAGEM DE SEGUNDA LÍNGUA: UMA ANÁLISE CRÍTICA	
Laysa Cristina de Oliveira	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>153</b>
USO DO KAHOOT COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM	
Ernane Rosa Martins Wendell Bento Geraldes Ulisses Rodrigues Afonseca Luís Manuel Borges Gouveia	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>160</b>
O USO DAS REDES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	
Juliana Santos Alves Paulo Sergio Machado Leila Maria Araújo Santos	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>168</b>
TECNOLOGIAS MÓVEIS EM CONTEXTO EDUCATIVO	
Ernane Rosa Martins Wendell Bento Geraldes Ulisses Rodrigues Afonseca Luís Manuel Borges Gouveia	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>178</b>
EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO COM VÍTIMAS FATAIS EM ADULTOS JOVENS NO NOROESTE PARANAENSE	
Willian Augusto de Melo Maria Antonia Ramos Costa Neide Derenzo Verusca Soares de Souza Maria Dalva de Barros Carvalho	

<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>188</b>
BIPOLARIDADE ESTADISTA-IDEOLÓGICA: ELIZABETH I E PONTIFICADO	
Giovana Eloá Mantovani Mulza	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>195</b>
CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A CONVENÇÃO JACOBINA NA REVOLUÇÃO FRANCESA	
William Geovane Carlos	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>205</b>
ANÁLISE DE TENDÊNCIAS DO CONSUMO MEDIADO POR DISPOSITIVOS DIGITAIS NO MARKETING DE RELACIONAMENTO	
Guaracy Carlos da Silveira Fernando Augusto Carvalho Dineli da Cost	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>218</b>
<i>CHILD OF THE DARK</i> : A PRESENÇA DA MULHER NEGRA NAS LITERATURAS TRADUZIDAS	
Tayza Cristina Nogueira Rossini Letícia Toniete Izeppa Bisconcim Wellington Júnior Jorge	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>229</b>
INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA NO BRASIL: MOTIVADORES E OBSTÁCULOS - UM ESTUDO MULTICASOS	
Vivien Mariane Massaneiro Kaniak	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>240</b>
ANÁLISE DE ATIVIDADES LOGÍSTICAS: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO SETOR ALIMENTÍCIO DO NOROESTE PARANAENSE	
Renan Araújo de Azevedo Daniel Mantovani Aline Takaoka Alves Baptista Leandro Ferreira Pinto Amauri Henrique de Carvalho Júnior	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>252</b>
O PROGRAMA DE EXCELENCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E A SISTEMÁTICA DA GESTÃO DO CONHECIMENTO ESTRATÉGICO NAS ORGANIZAÇÕES ESCOLARES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE SARANDI – PR	
Tânia Corredato Periotto Fabiana Azevedo Picanço Tamires Selini Gouveia	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>259</b>
ESTUDOS DA LITERATURA SOB A VERTENTE DO LETRAMENTO: A LENDA DE RUFF GHANOR E O UNIVERSO MULTIMODAL	
Letícia Toniete Izeppa Bisconcim Tayza Cristina Nogueira Rossini Wellington Júnior Jorge	

**CAPÍTULO 24 .....271**

ESPORTE, MÍDIA CONTEMPORÂNEA E (IN)VISIBILIDADE SOCIAL: ATUAÇÃO PROFISSIONAL COM AUXÍLIO DAS REDES SOCIAIS

Bruno Bember Lofiego  
Afonso Antônio Machado

**CAPÍTULO 25 .....282**

A CULINÁRIA UCRANIANA NA CIDADE DE PRUDENTÓPOLIS, PARANÁ: ASPECTOS DA IMIGRAÇÃO E A INFLUÊNCIA CULTURAL DAS COMIDAS TÍPICAS

Renan Valério Eduvirgem

**SOBRE A ORGANIZADORA.....291**

## BIPOLARIDADE ESTADISTA-IDEOLÓGICA: ELIZABETH I E PONTIFICADO

**Giovana Eloá Mantovani Mulza**

Universidade Estadual de Maringá

Maringá – Paraná

**RESUMO:** No que concerne à Inglaterra quinhentista, a era elisabetana suscitou a explanação da bipolaridade empreendida entre a instituição pontifical e a monarquia inglesa. O antagonismo, por sua vez, vinculou-se a uma conjuntura na qual o absolutismo nacional verificou ascendente fortalecimento, cuja consolidação culminou na contestação da pujança exercida pelo papado. Homologando tendências precedentes, Elizabeth I (1558-1603) conferiu à monarquia uma integral autoridade política nos domínios ingleses, bem como reedificou a Igreja Anglicana a fim de estabelecer a proeminência monárquica na esfera eclesiástica. A regência elisabetana, assim, compreendeu medidas que viriam a outorgar a consolidação do absolutismo na Inglaterra. Por conseguinte, objetivar-se-á examinar a disputa de poderes empreendida entre Elizabeth I e o *Pontifex Maximus* com o intuito de compreender as implicâncias do fenômeno para a História inglesa. Sob tal intuito temático, receberão abrangência os documentos estatais *Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching* (1558), *Elizabeth's Supremacy Act*, *Restoring Ancient Jurisdiction* (1559) e *Elizabeth's Act of*

*Uniformity* (1559), cujas análises críticas serão fundamentadas no arcabouço epistemológico de André Cellard (2008) e Silvia Hunold Lara (2008).

**PALAVRAS-CHAVE:** disputa de poderes; era elisabetana; Inglaterra quinhentista.

**ABSTRACT:** As far as sixteenth-century England is concerned, the Elizabethan age raised an explanation of the bipolarity between the pontifical institution and the English monarchy. The antagonism, in turn, was linked to a conjuncture in which national absolutism verified a strengthening, whose consolidation culminated in the contestation of the strength exerted by the papacy. Accepting earlier tendencies, Elizabeth I (1558-1603) conferred on the monarchy an integral political authority in the English domains, as well as rebuilt the Anglican Church in order to establish the monarchical prominence in the ecclesiastical sphere. The Elizabethan regency thus understood measures that would come to grant the consolidation of absolutism in England. It will therefore be sought to examine the power struggle between Elizabeth I and the Pontifex Maximus in order to understand the implications of the phenomenon for English history. For this purpose, the State documents *Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching* (1558), *Elizabeth's Supremacy Act*, *Restoring Ancient Jurisdiction* (1559), *Elizabeth's Act of*

Ancient Jurisdiction (1559) and Elizabeth's Act of Uniformity (1559) will be covered, whose critical analysis will be based on the epistemological framework of André Cellard (2008) and Silvia Hunold Lara (2008).

**KEYWORDS:** power dispute; Elizabethan era; 16th century England.

## 1 | INTRODUÇÃO

O íterim referente à cronologia quinhentista compreendeu a conjuntura na qual o arcabouço político e eclesiástico do medievo verificaram explícitas alomorfias. Assim como suscita Philippe Ariès (1991, p. 8), embora a religiosidade quinhentista eximiu-se em exprimir tendências ao ateísmo, o atento à vida temporal obteve notória expressão na literatura política. A centralização político-administrativa, por sua vez, tornar-se-ia elemento determinante para o fortalecimento dos ascendentes Estados europeus (WOODWARD, 1962, p. 87), cuja imprescindibilidade da supremacia do poderio monárquico permanece expresso no modelo principesco de Nicolau Maquiavel (1469-1527). Assim como assinala Joseph R. Strayer (1986, p. 18), o baixo-medievo comportou uma conjuntura de relativa estabilidade política segundo a qual as monarquias nacionais verificaram condições propícias à articulação da centralização do poderio real.

[...] esses governantes desejavam assegurar a segurança interna e a existência de laços organizados entre as comunidades locais e as suas cortes. Uma segurança maior e formas de controle mais rígidas viriam incrementar, quase de certeza, os rendimentos do soberano, aumentar o seu prestígio e ampliar suas possibilidades de transmitir o poder e as suas possessões aos seus herdeiros. As ambições dos governantes coincidiram com as necessidades dos seus súditos. (STRAYER, 1986, p. 23)

No que concerne à Inglaterra, os déspotas Tudors – cuja proeminência assume explícita magnitude entre 1485 e 1603 – suscitaram o fortalecimento da jurisdição monárquica nacional em detrimento às intervenções exercidas pelos potentados estrangeiros (WOODWARD, 1962, p. 88). Sob tautocronia, o influxo autocrata culminar-se-ia na contestação do poderio pontifical, cuja influência em âmbito secular permaneceu ascendente no baixo medievo. Assim como assinala Jean Fiori (2013, p. 198), as reformas de cunho eclesiástico empreendidas a partir do século XI outorgaram ao clero ampla influência e poderio sobre a pujança real, bem como estabeleceram a imprescindibilidade da aquiescência pontifical às coroações.

Uma igreja reformada e fortemente centralizada estava destinada a ter uma larga influência nos assuntos seculares. Alguns reformadores pensavam até que a Igreja deveria deter a autoridade suprema sobre todas as questões de relação social e política. Se se pretendia que a Europa fosse realmente cristã, era necessário que ela estivesse sob a autoridade dos dirigentes da cristandade. (STRAYER, 1986, p. 26)

Sob tal conjuntura quinhentista, ascendera uma explícita divergência de poderes empreendida entre a monarquia inglesa e a instituição pontifical. Embora preceda a tal

ínterim, o fenômeno antagonista verificou ampla proeminência a partir da regência de Henry VIII (1509-1547). Para E. J. Woodward (1957, p. 94), o monarca Tudor interpretou uma eminente ruptura política e dogmática para com a Santa Sé, prescrevendo uma Igreja Nacional subordinada às deliberações estatais. Concomitantemente, o reformismo religioso na Inglaterra quinhentista fora suscitado pelo governo real, evidenciando seu vínculo ao intuito de consolidar a supremacia da monarquia diante de potentados estrangeiros. O advento de uma Igreja nacional incondicionalmente subordinada à supremacia real, no entanto, fora revogado pela regente Mary Tudor (1553-1558), filha primogênita de Henry, a qual refutou suas determinações anglicanas e impôs a perseguição aos protestantes, cujas chacinas atribuem ao seu governo um amplo cunho intolerante e sanguinário. Após seu óbito relativamente prematuro, ascendera à coroa sua irmã consanguínea, Elizabeth I (1558-1603).

Sob o intuito de reestabelecer a proeminência monárquica inglesa no território nacional, Elizabeth I aderira ao protestantismo anglicano, bem como homologou sua superioridade política ante às influências exercidas por autoridades laicas e eclesiásticas externas. Compete à presente pesquisa, por conseguinte, atentar-se às divergências empreendidas entre a monarquia inglesa e o Pontifex Maximus no transcorrer da era elisabetana, bem como analisar suas implicações de tal bipolaridade para a política da Inglaterra. Concomitante a tal intuito temático, obter-se-ão análises a tríade de documentos estatais: *Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching* (1558), *Elizabeth's Supremacy Act, Restoring Ancient Jurisdiction* (1559) e *Elizabeth's Act of Uniformity* (1559).

[Elizabeth] afirmou a sua completa supremacia em todas as “coisas e causas” tanto temporais como espirituais e declarou que “nenhum príncipe estrangeiro, prelado, Estado ou potentado” tinha autoridade temporal ou espiritual dentro do reino da Inglaterra. Embora o papa não fosse mencionado pelo nome, essa declaração revelou a nação-Estado, na sua inteira independência. (WOODWARD, 1962, p. 100)

Concomitante à perspectiva corroborada por Lisa Hilton (2016, p. 11), confere-se ao governo elisabetano um amplo arcabouço literário biográfico. Vinculadas a um explícito cunho inoperante e romanesco, dispendiosas obras referentes à Elizabeth I (1558-1603) suscitaram exames limitados à sexualidade da monarca. Expressam, por conseguinte, exacerbada proeminência a hipotética virgindade da regente em detrimento às tangíveis implicações de sua gestão na centralização monárquica inglesa (HILTON, 2016, p. 13). Ademais, as análises atinentes à temática da disputa de poderes, por sua vez, permanecem amiúde restritas ao conflito verificado entre a Santa Sé e o Sacro Império Romano-germânico, postergando as efetivas implicações do fenômeno na ilha inglesa. Sob tal prisma, verifica-se uma explícita escassez de análises referentes às divergências monárquico-pontificais na regência elisabetana, cujos estudos exprimem preferência às medidas reformistas principiadas por Henry VIII.

A instauração do anglicanismo no reinado de Henry VIII e sua revitalização

na regência de Elizabeth I objetivavam conferir ao rei a superioridade nos assuntos religiosos, bem como evidenciar sua integral autoridade na Inglaterra. Erroneamente, autores como Liah Greenfeld (apud KNÖBL, 2011, p.48), conferem ao advento do anglicanismo a proeminência de conceber o nacionalismo inglês. Tal prisma, por sua vez, desvirtua a temática de sua concreta implicância, visto que as mudanças institucionais da igreja na Inglaterra exprimem o intuito da monarquia em assumir poder absoluto em âmbito espiritual. Por conseguinte, a Reforma Protestante na Inglaterra representou um dos desmembramentos da disputa de poderes, evidenciando a tentativa do rei em instaurar sua supremacia temporal e religiosa diante do papado.

Em relação às fontes elencadas, os documentos ratificados na regência de Elizabeth I permanecem amiúde suscitados para o estudo da reintrodução do anglicanismo na Inglaterra após a morte da rainha Mary Tudor. Sob tal arcabouço teórico, infere-se que os decretos *Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching* (1558), *Elizabeth's Supremacy Act, Restoring Ancient Jurisdiction* (1559) e *Elizabeth's Act of Uniformity* (1559) não compreendem análises aprofundadas concernentes às divergências entre Elizabeth I e a Santa Sé. A potencialidade dos decretos elisabetanos, assim, não assume uma efetiva exploração, permitindo-se a realização de estudos que se atentem à temática do conflito de poderes no século XVI, bem como ao fenômeno de fortalecimento da figura real na política inglesa.

Sob tal arcabouço documental, o presente projeto de pesquisa objetivará analisar a divergência de poderes evocada na era elisabetana, bem como compreender aspectos concernente ao contexto político e religioso quinhentista. Auferir-se-ão, ademais, análises referentes aos interesses implícitos ao antagonismo empreendido entre pontificado e monarquia, quando ambos buscavam averiguar sua superioridade temporal e religiosa na Inglaterra. O estabelecimento do anglicanismo no transcorrer do século XVI, por conseguinte, receberá a hipótese de representar um dos desmembramentos de tal conflito de poderes, em que o rei assume o poder religioso supremo na Inglaterra em detrimento ao papa.

## 2 | MATERIAIS E MÉTODOS

Ante ao arcabouço metodológico suscitado por André Cellard (2008), compete ao historiador reconhecer a imprescindibilidade das fontes escritas para o ofício historiográfico. Concomitante aos documentos iconográficos e arqueológicos, a tipologia textual desempenha relevante papel na elaboração do conhecimento histórico. Para Arilda Schmidt Godoy (1995, p. 22), o intrínseco vínculo à conjuntura histórica de produção torna-os aptos a fornecer a compreensão de tal contexto. Propiciam, ademais, a interpretação de discursos sociais, bem como o estudo dos complexos psíquicos das categorias socioeconômicas que puderam se expressar através da escrita.

Embora novas tipologias documentais tenham sido lidadas no decurso do novecentos, os gêneros textuais não deixaram de desempenhar importância para a compreensão do pretérito humano. No que concerne à temática elencada, compete à historiografia reconhecer sua singularidade para a realização da pesquisa histórica. Sob o intuito de apreender o antagonismo suscitado entre o pontificado e a monarquia inglesa no transcorrer do governo elisabetano, os documentos escritos *Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching* (1558), *Elizabeth's Supremacy Act*, *Restoring Ancient Jurisdiction* (1559) e *Elizabeth's Act of Uniformity* (1559) conferem à historiografia amplo arcabouço informativo.

Notoriamente, como frisa Cellard (2008, p. 299), os documentos escritos exigem métodos de análise e abordagens específicos a fim de que efetivamente possam permitir a compreensão do pretérito humano. Sob tal prisma metodológico, a crítica e a investigação tornam-se fundamentais para que o documento escrito venha a contribuir para a análise histórica. Corroborando ao pensamento de Cellard (2008), Silvia Hunold Lara (2008) assinala a importância da investigação e problematização documental. Segundo Lara (2008, p. 18) somente através da interrogação dos textos o historiador poderá converter vestígios do passado humano em efetivas fontes para a formação do conhecimento histórico.

A proficiência dos documentos escritos prescinde da determinação da localização dos textos, competindo ao historiador estipular se pertencem ao domínio público ou privado, bem como se integram ou não arquivos (CELLARD, 2008, p. 297). A crítica documental, por sua vez, evidentemente não se restringe ao conteúdo que apresenta. No que tange ao contexto no qual a fonte escrita tenha sido redigida, deve-se conhecer a conjuntura política, econômica, social e cultural que preconizou sua elaboração (CELLARD, 2008, p. 299). Tal compreensão, possibilita a apreensão dos conceitos empregados, bem como o entendimento dos indivíduos e fatos aos quais se realizam alusão. Aferir a conjuntura em que tal documento foi produzido possibilita ao historiador evitar interpretar seu conteúdo através de valores modernos e atribuir sentidos errôneos a seus conceitos. Torna-se determinante, assim, para que práticas anacrônicas venham a ser evadidas. Faz-se imprescindível, portanto, reconhecer o contexto europeu que comportou a publicação dos decretos elisabetanos, quando o fortalecimento das monarquias nacionais culminou na contestação da influência e do poderio temporal do papado.

A crítica documental, ademais, evoca a necessidade de explicitar a identidade do autor, bem como dos interesses que o levaram a produzir tal texto. Para Cellard (2008), o historiador prescinde reconhecer que durante centúrias somente uma elite letrada pôde expressar-se através da escrita. Sob tal prisma, inúmeros documentos cultivaram um restrito público receptivo, cujos textos expressavam o pensamento de tais categorias letradas e objetivavam atender aos seus interesses. Notoriamente, Elizabeth I homologou seus decretos numa conjuntura na qual o acesso à escrita permanecia amiúde restrito à nobreza e ao corpo eclesiástico inglês. O intuito de

evidenciar sua supremacia política objetivava justamente atingir o conhecimento de tais categorias letradas, sobre as quais havia a necessidade de afirmar seu poderio diante de qualquer autoridade estrangeira.

Analisar a procedência do documento expõe-se como prática fundamental para que a autenticidade do texto venha a ser verificada. Assim como evoca Lara (2008), entre o historiador e o documento matriz houve inúmeras cópias e edições que podem prejudicar seu conteúdo. Distinguir os originais de suas reedições mostra-se imprescindível para se efetuar um estudo mais aprofundado do texto e para que a qualidade das informações venha a ser reconhecida. Embora passível a alterações, compete ao historiador lhe empreender um estudo crítico a fim de averiguar as manipulações e compreender os possíveis interesses que culminaram em sua modificação.

Para Godoy (1995), no entanto, determinadas dificuldades tangenciam as pesquisas de caráter documental. Muitos dos documentos utilizados não foram elaborados com o propósito de fornecer informações à História, mas somente com o intuito de atender às necessidades de seu tempo. Compete ao historiador, assim, analisar o porquê de determinado documento ter sido preservado até a atualidade em detrimento a outros. A falta de um formato padrão e a complexidade da codificação das informações neles contidas são aspectos metodológicos que também suscitam dificuldades na elaboração das pesquisas históricas. Somente através da prática e de um arcabouço metodológico o cientista estará apto a problematizar os documentos escritos e convertê-los em fontes para o conhecimento histórico.

### **3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Em função à primária elaboração de tal pesquisa, as investigações permanecem prematuras, visto que as leituras recentemente foram iniciadas.

### **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Embora afigura caráter prematuro, o exame concernente às fontes elencadas, mediante o arcabouço metodológico suscitado, evidencia uma impreterível consonância da tríade documental para a apreensão de tal temática. A temática, por sua vez, exprime imprescindibilidade a fim de propiciar a apreensão da história inglesa quinhentista, cujo antagonismo empreendido entre os potentados tornar-se-ia determinante para o pretérito ocidental. Naturais dificuldade permanecem amiúde suscitadas, sobretudo no que tange às referências bibliográficas, eminentemente escassas.

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História da vida privada** (v. 3). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Trad. Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, p. 295-316, 2008.

FIORI, Jean. Gregório VII e a Libertação da Igreja. In: **Guerra Santa**. Formação da ideia de cruzada no Ocidente cristão. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 197-232.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa. Tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/junho 1995.

HILTON, Lisa. **Elizabeth: uma biografia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

KNÖBL, Wolfgang. Construção do Estado e identidade nacional na Grã-Bretanha. **Revista Tensões Mundiais**, v. 7, n. 12, p. 33 – 79, 2011.

LARA, Silvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 17-39, dez. 2008.

STRAYER, J.R. **As origens medievais do Estado Moderno**. Lisboa: Gradiva, 1986.

**WOODWARD, E. L. Uma História da Inglaterra**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-85107-75-8



9 788585 107758